International Congress of History
Congreso Internacional de Historia
VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

Escravidão e vadiismo no jornal *O Carapuceiro*: modernização e moralização do Brasil na imprensa oiticentista

Adriene Santanna (UEM)
Marcília Rosa Periotto (UEM)

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a escravidão e o vadiismo como temas de discussão n'*O Carapuceiro* (1832-1845)[1], jornal escrito pelo padre secularizado Miguel de Sacramento Lopes Gama (1791-1852). O jornal, auto denominado *"semper moral e s'o per aciddens político",* tratou rapidamente desses assuntos que freqüentavam os debates moralizantes na imprensa da época, muito embora o fizesse com grande intensidade e profunda intenção educativa.

Ainda que esse debate tivesse ficado restrito a poucos números de exemplares e a comentários isolados, seus conteúdos podem contribuir para a compreensão das tramas sociais que envolveram os brasileiros, e especificamente os pernambucanos no período regencial (1831-1840).

A busca pela compreensão do debate apresentado pelo jornal, bem como as ideias modernizantes e moralizantes apresentadas pelo redator, exige a análise de conjunturas históricas que compuseram o período. É preciso considerar os tumultuosos conflitos estabelecidos entre os partidos políticos do período, os quais se agrupavam em sociedades secretas, bem como as constantes revoltas sociais que aterrorizavam os homens ligados ao processo de produtivo, sobretudo, a produção agrícola.

Do mesmo modo, para entender esse debate, é fundamental considerar algumas questões que motivaram novas posturas frentes a escravidão: a grande participação de negros nas revoltas e rebeliões ocorridas por todo Brasil, e a pressão da Inglaterra para o cumprimento dos tratados estabelecidos no primeiro reinado e no período regencial.

Para entender esta problemática consideram-se alguns questionamentos: Quais os principais motivos levaram *O Carapuceiro* a advogar a favor da libertação dos escravos? Quais os fundamentos que nortearam as propostas libertadoras de

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

Lopes Gama? A sociedade se beneficiaria com a libertação dos escravos? Como o trabalho e a necessidade de uma educação para o trabalho desenvolvem-se no jornal? A seguir, serão apresentadas considerações a respeito desses pontos.

Miguel de Sacramento Lopes Gama e o periódico *O Carapuceiro*

Miguel de Sacramento Lopes Gama nasceu no Recife no dia 29 de setembro de 1791 e faleceu na mesma cidade no dia 9 de dezembro em 1852. A sua vida esteve voltada à religião, viveu nela e para ela. Porém, no jornal foi que melhor expressou as suas aptidões de analista crítico e de religioso fiel às tradições católicas, seja em razão das tentativas de realinhamento da Igreja ao poder de Estado, seja como indivíduo preocupado com a educação dos futuros dirigentes do Império.

Lopes Gama, no dizer de Freyre, se fez um padre-mestre de “bom senso e de amor à tradição” (FREYRE, 1942). Contrapondo-se à tese de Freyre, Valente (1969), afirma que Lopes Gama possuía pouca aptidão para a carreira sacerdotal, uma vez que suas palavras causavam forte impacto nas ações cotidianas e nos valores dos homens e mulheres da época.

> Lopes Gama era temperamentalmente impulsivo e arrogante. Sua combatividade, áspera e agressiva. Nos seus escritos, sempre maliciosos, sempre ferinos, sempre irreverentes e impiedosos, faltava o tempero da caridade cristã. Na política partidária, como na crítica de costumes, não parecia ajustar-se à condição de autêntico padre católico. (VALENTE, 1969, p. 75).

Observa-se que a atuação de Lopes Gama foi marcada pelos preceitos religiosos, importando-os aos mais diferentes momentos da vida e, sobretudo, nas publicações dos diversos jornais por ele escrito quase sempre sozinho[2]. Sua atuação também foi determinada pelo conservadorismo e por ideias que se distinguiram das tendências revolucionárias da época, fato esse que permitiu sua presença como lente de retórica no Seminário de Olinda. No campo político, atuou como deputado pelas províncias de Pernambuco (1840) e de Alagoas (1845).

No campo educativo demonstrou aptidão desde os estudos no Mosteiro de São Bento da Bahia, vindo a ser convidado a ministrar aulas na instituição. Em 1825,

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

com 34 anos, ocupou os cargos de visitador das escolas públicas de Recife, diretor e lente de retórica do Liceu Provincial. Logo em 1835, assumiu a direção do Colégio dos Órfãos e do Curso Jurídico de Olinda, aposentando-se como professor do Colégio das Artes em 1839. Em 1847 retornou como diretor ao Curso Jurídico de Olinda, e pela segunda vez assumiu a cátedra de diretor do Liceu Provincial. Finalizou sua carreira educacional como diretor geral da instrução pública em Pernambuco em 1851.

Sem dúvidas, o maior reconhecimento de Lopes Gama na história brasileira se deu pela publicação do jornal *O Carapuceiro*, apresentado como um jornal diferente dos demais de sua época, tratando de assuntos que fugiam do âmbito político, direcionando-se para as ações cotidianas no âmbito da vida pública e privada. Com ele, Lopes Gama buscou orientar a população sobre as escolhas e atitudes que vislumbrava serem necessárias a uma nação religiosa, progressista e feliz.

Imprensa, Vadiismo e Escravidão: *O Carapuceiro* e o debate educativo

O problema da escravidão e do vadiismo ocupou pouco espaço nos artigos d'*O Carapuceiro*, embora estivesse sempre subjacente nos artigos que questionavam as diretrizes assumidas pelo governo regencial e provincial da época. Contudo, a abordagem realizada sobre o tema não deixou de traduzir o posicionamento político do redator frente ao sistema escravista.

A questão do tráfico negreiro ocupou espaço considerável nos diálogos traçados pelo padre-jornalista durante a publicação do jornal. Para ele, a reforma moral e as ideias educativas as quais defendia exigiam a supressão das causas originárias da imoralidade brasileira e, entre as mais significativas, encontrava-se a escravidão.

Visando criar, em termos de debate, condições para alçar o Brasil ao caminho do progresso e da civilização – espelhado nas nações europeias, especialmente a França e a Inglaterra – Lopes Gama apontava os males morais da presença do negro no cotidiano da população, bem como as consequências econômicas que a adoção de mão-de-obra escrava causava no comércio e nas relações de produção.

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

Na sua concepção, os brasileiros não atingiriam o mesmo grau de desenvolvimento moral e material das nações europeias se continuassem fundamentados no trabalho escravo e no comércio lucrativo de negros africanos. Entretanto, vale ressaltar, que tal discurso questionador não consistiu na divulgação da abolição dos escravos e na descontinuidade abrupta do sistema produtivo vigente. A preocupação se estendeu, especialmente, sobre as consequências morais e a modificação da religiosidade a partir da confluência entre a cultura africana, entendida por ele como inferior.

O que se vê n'*O Carapuceiro* são tentativas de combater a escravidão através da orientação dos comportamentos individuais, ou seja, as ideias divulgadas buscaram controlar a "perniciosa influencia africana" por meio de um discurso que deslegitimasse a utilização dessa mão-de-obra. No entanto, era preciso sempre ter em mente que a desvinculação do escravo deveria ocorrer de forma gradual e lenta. Ao mesmo tempo, pretendeu preparar os brasileiros para as novas exigências da sociedade capitalista, colocando como condição necessária ao status de nação industrializada a criação de uma nova relação com o trabalho.

Para compreender a questão do trabalho/vadiismo e da escravidão no Brasil, é preciso recuperar, de forma geral, determinados aspectos fundadores da colonização portuguesa nos trópicos. Conforme Silva (2007), o discurso de "desamor" ao trabalho pelos portugueses e, posteriormente, dos brasileiros, é anterior ao descobrimento do Brasil. Durante o século XV, os portugueses provenientes, sobretudo das duras vidas no campo, refugiaram-se nos centros urbanos em busca de uma existência menos laboriosa. Entretanto, essa procura resultou no deslocamento de uma massa de indivíduos despreparados para os centros urbanos que, ao final, passaram a viver da ajuda de seus patrícios. Diante desse fato, a alternativa viável para prover o déficit de trabalhadores no campo e na nova terra descoberta, era a mão-de-obra africana.

No Brasil, os portugueses inicialmente utilizaram os indígenas como força de trabalho. No entanto, viam os nativos como despossuídos dos predicados necessários ao trabalho agrícola e às tarefas diárias. Os negros africanos, ao contrário, revelaram-se aptos ao trabalho manual, visto que muitos possuíam

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

conhecimento de metais, utilizavam instrumentos e respeitavam hierarquias [3]. Além disso, outro fator contribuiu no predomínio da escravidão africana no Brasil: o lucrativo tráfico negreiro.

> [...] o sistema colonial não criara apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. De fato, o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando, ao mesmo tempo, vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando, sem maiores problemas, a reprodução do estoque de cativos na Colônia. (KOWARICK, 1994, p. 22).

Embora haja a compreensão que o interesse econômico proporcionado pelo tráfico de escravos tenha sido um dos motores para sua expansão, não é possível desconsiderar que a conhecimento das práticas manuais de produção na lavoura e na agricultura contribuíram para o alargamento das relações escravista no Brasil e em Portugal. Acomodados ao trabalho manual realizado pelos escravos no território lusitano, a elite portuguesa trouxe os hábitos e costumes à nova terra, influenciando diretamente a formação da elite escravista brasileira.

A justificativa para a utilização e manutenção da mão-de-obra escrava na colonização portuguesa esteve atrelada as contribuições da Igreja que, ao professar a escravidão como um auxílio à retirada dos africanos do paganismo e a salvação eterna, foi utilizada pelo Estado para referendar os anseios econômicos e políticos de uma nação em expansão (AZZI, 1991).

> A Igreja bem cedo estabeleceu um compromisso entre escravidão e cristianismo, encontrando na tradição ocidental os argumentos para justificar a escravidão de negros. Durante o período colonial, a teoria da ‘guerra justa’ forneceu a base lógica para a escravidão: aqueles que se opunham ao cristianismo mereciam ser escravizados. Num mundo governado pela Providencia Divina, a escravidão era uma punição para o pecado: os negros deviam pagar por transgressões presentes ou passadas. A Igreja limitava-se a recomendar benevolência para o senhor e resignação para o escravo. (COSTA, 1977, p. 218).

No século XVIII, a entrada do ideário revolucionário francês questionou as bases sociais e econômicas do mundo ocidental. No início do século XIX, no Brasil, esse ideário contribuiu para o questionamento dos antigos privilégios e da estrutura

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

social que organizava e permitia a manutenção do sistema escravista através de movimentos populares e vozes dissonantes, contrários às condições objetivas que escravos, libertos e população pobre viviam no Brasil.

Do mesmo modo, os tratados comerciais estabelecidos entre Brasil e Inglaterra desde as primeiras décadas do século XIX, exigiram a supressão gradual do tráfico negreiro. Esses tratados pressionaram o governo para o rompimento do tráfico através de proibições que se expressavam em leis - como a lei de 1831[1]- e pressões nos portos contra o desembarque de africanos. Entretanto, as pressões inglesas e os movimentos populares não foram suficientes para anular a concepção de escravidão e de tráfico negreiro como um mal necessário ao Brasil.

Assim, as tentativas de proibir o tráfico negreiro sucumbiram diante de uma classe senhorial e de uma população apegada e dependente da exploração africana. Não obstante, outro fator contribuiu para o questionamento dos tratados comerciais e as fraudes do tráfico: o discurso inglês não soava nada humanitário aos olhos brasileiros.

Muitos brasileiros acreditavam que a Inglaterra, com seu discurso humanitário, buscava comprometer a econômica brasileira, sobretudo a açucareira, através do favorecimento da Companhia das Índias Orientais. A pretensão de se criar um monopólio inglês suscitava o alerta da subjugação brasileira aos ingleses, tanto no aspecto político, quanto no econômico. Para alertar os brasileiros sobre essa questão, *O Carapuceiro* denunciava as pretensões inglesas como o desejo de dominar “todos os rios, cabos e estreitos” de “todas as nações”.

Em 1842, 11 anos após a promulgação da lei de 1831, *O Carapuceiro* trouxe o seguinte alerta:

> Finalmente a política inglesa pretende suplantar a nossa agricultura em beneficio das suas colônias e o seu principal meio é tirar-nos os braços. Ela conhece perfeitamente que a lavoura do Brasil não pode repentinamente dispensar o serviço dos africanos sem cair em total ruína. Dai, pois é que provém o empenho, o afã com que trabalham pela absoluta privação do tráfico. Em suma os filantropos ingleses não sofrem que o Brasil se sirva com escravos. E por isso quantos apanham, tantos conduzem às suas colônias para trabalharem

[1] Essa lei do dia 7 de novembro de 1821, também conhecida como “Lei Feijó Barbacena”, foi desenvolvida com a intenção de extinguir a entrada de novos escravos no Brasil (COSTA, 1982).

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

> forçadamente e sob os mais duros tratamentos, mas todo libertos! Grande é sem dúvida, a humanidade da Grã-Bretanha! Eu creio que não há um só desses africanos libertos pela humanidade britânica, e conduzidos para as colônias inglesas, que no caso de poder fazer a comparação, não preferissem a essa liberdade irrisória do cativeiro do Brasil. (*O Carapuceiro*, nº 29, 9 jul. 1842).

As dificuldades para a execução da lei de 1831 foram diversas. Os relatos sobre as práticas que burlava a pouca fiscalização nos portos são inúmeros. Os navios negreiros, ao aproximarem-se da costa brasileira trocavam as bandeiras, desembarcavam "a mercadoria humana" em praias remotas e distantes dos portos, bem como ofereciam propina aos fiscalizadores (COSTA, 1982).

Essas tentativas e sucessos de fraudes foram descritas também pelo *O Carapuceiro*. Lopes Gama, ironizando a alta capacidade dos brasileiros em resolver problemas que assolavam sua economia, descreve umas das práticas desenvolvidas pelos traficantes de escravos. A lei de 1831 havia transformado a forma de relacionar dos brasileiros com os estudos químicos e da economia política, pois, ao "respeitar severamente as determinações legais", haviam criado "um ramo de comércio tanto ou mais lucrativo que aquele", com a importação de pipas de água salgada e a transfiguração d'água em "belos pretinhos".

> Que descoberta, amigo e Sr. meu, que descoberta! Cá os nossos químicos ou alquimistas deram quinau nos Snrs. Ingleses, porque que importa que estes andem cruzando os mares para embaraçar o tráfico de escravaria, se não podem embaraçar a exportação e importação, d'água salgada d'Angola, a qual os nossos pelotiqueiros sabem transubstanciar em escravos novos? E que belos pretinhos, todos da natureza de Vênus (Dizem que esta deusa nasceu da espuma do mar). Pode haver coisa mais licita? Não se quebrantam os tratados, não se infringem as leis, porque comerciamos na compra d'escravos novos. Permutamos sim os nossos gêneros por água salgada d'Angola, água prodigiosa, que passando por várias operações dos nossos bons químicos toda se converte em molequinhos, em negrinhas! (*O Carapuceiro*, nº 36, 19 ago. 1837).

Essa descrição, embora com alta carga de ironia, evidencia que o tráfico negreiro não havia cessado como se esperava que ocorresse, sobretudo, por parte dos ingleses. A economia brasileira e os próprios nacionais estabeleciam uma relação de dependência com a escravaria que fora capaz de resistir a uma

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

legislação que não possuía condições materiais para seu cumprimento. Embora a finalização do tráfico negreiro surgisse como imperativo ao desenvolvimento dos ideais liberais do século XIX, as forças políticas e econômicas da nação brasileira colocavam-se contrárias aos rumos tomados pelas nações europeias.

Em 1850, diante das investidas severas do governo britânico, as autoridades brasileiras, buscando preservar sua soberania nacional diante das invasões ao território brasileiro, intensificaram as pressões sobre o tráfico negreiro através da aprovação da lei Eusébio de Queiroz. Além de referendar a proibição ao tráfico de escravos da lei de 1831, esta nova lei equiparou os traficantes a piratas, os quais ficariam sujeitos à punição e ao pagamento de tributos provenientes do translado dos africanos para sua terra natal (SILVA, 2007).

Este panorama geral da escravidão no Brasil auxilia na compreensão dos discursos proferidos por Lopes Gama no jornal *O Carapuceiro*. A luta para a supressão do tráfico de escravos e a libertação gradual da nação da dependência do trabalho escravo percorreu todo século XIX e, como parte deste movimento histórico, Lopes Gama emitiu opiniões e divulgou ideias que considerava pertinentes a uma nação industriosa e progressista. Como educador e religioso, o redator repensou a formação do brasileiro por meio dessas perspectivas, justificando seus posicionamentos pelos preceitos da Igreja e pela preocupação com a formação dos futuros governantes brasileiros.

A preocupação de Lopes Gama em auxiliar o Brasil a se desenvolver materialmente e, sobretudo moralmente, passou necessariamente pela análise das influências que obstaculizavam o progresso. Um dos elementos que mais comprometiam o desenvolvimento de hábitos civilizados e de práticas valorativas era a presença do negro no cotidiano da população, pois, para ele, os escravos dificultavam a observância da moral e da religião.

Para alcançar o mesmo grau de desenvolvimento material e moral das nações avançadas, o padre jornalista refletia a influência cotidiana dos escravos. A presença constante dos negros nas casas-grandes, na sua visão, havia corrompido a conduta refreada e religiosa dos homens das altas classes, que passavam a adotar falas, rituais religiosos, imoralidades sexuais e superstições que

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

comprometiam, desde a infância, “a fraca e vivíssima imaginação de que tudo facilmente impressiona” (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 jun. 1832).

Por outro lado, o jornal articulou discursos favoráveis à eliminação da mão-de-obra escrava ao debater a organização do trabalho, a preponderância dos escravos nas ações cotidianas e a inatividade da população em geral, sobretudo das classes populares. Defendia em seus artigos a oportunidade de trabalho assalariado aos homens livres, mas reconhecia a dificuldade de promover o amor ao trabalho, visto a associação do labor ao cativeiro e à escravidão. Lopes Gama entendia que:

> Em um país como o nosso, onde tudo é feito à força do azorrague por braços escravos, forçosamente o trabalho manual cai em descrédito e tem-se por coisa vil. Nada mais direi a respeito da importação de africanos. O tempo, esse grande mestre das coisas humanas, e a futura geração fará ao presente à devida justiça. Entretanto, o certo é que no Brasil 110 ninguém quer dar-se a agricultura, ao comércio, as artes. (*O Carapuceiro*, nº 22, 15 jun. 1842).

Para alterar o quadro social de desvalorização do trabalho e, consequentemente, adequar o Brasil aos anseios dos progressistas, tornou-se fundamental a criação e propagação de um aparato valorativo que preparasse a população para as exigências da sociedade burguesa. Viver do trabalho alheio ou dos produtos da natureza brasileira, “fértil e abundante”, não se encaixava ao modelo de trabalhador nos moldes do Velho Mundo. Dizia Lopes Gama, “[...] o nosso século não tolera barões dos ferrenhos tempos do feudalismo. Hoje ninguém crê em pergaminhos se estes não andam acompanhados do mérito real. Hoje só se crê quem seja útil à sociedade” (O *Carapuceiro*, nº 4, 13 abr. 1842).

Era necessário cultivar valores coerentes às condições históricas do século XIX, onde a população, sobretudo os “marginais e vadios” deveriam incorporar a ideia de trabalho como promotor de bem estar, progresso e desenvolvimento moral, tanto individual como coletivo. Para isso, foram utilizados discursos religiosos que justificaram e corroboraram para a entrada e permanência dos brasileiros na esfera trabalhista (KOWARICK, 1994). *O Carapuceiro*, como agente disseminador das ideias do período, não deixou de contribuir com tais discussões:

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

> Mas seja qual for a natureza do trabalho imposto ao homem, concebe-se bem, que não pode sem falar ao seu princípio deixar de ser dirigido ao seu destino religioso. O trabalho por não tem outro objetivo verdadeiramente útil senão satisfazer as precisões reais do homem ou aumentar-lhe a dignidade e valor moral. (*O Carapuceiro*, nº 16, 25 dez. 1837).

O trabalho, portanto, preveniria a difusão dos vícios e dos comportamentos inadequados que desestruturavam a organização de uma sociedade justa e progressista. A maior participação no sistema produtivo, especialmente do povo, permitiria que, além de moldar o homem de bem por meio do freio das "paixões criminosas", inibiria o envolvimento da camada popular em conflitos sociais e políticos que insistiam em desestabilizar a ordem da recém-criada nação.

> A alma humana é de uma atividade prodigiosa. Se não ocupamos os pensamentos em coisa úteis, ele vagueará em objetos fúteis e dará alimentos às paixões criminosas, e daqui o nunca desmentido prolóquio que a ociosidade é a mãe de todos os vícios. Se uma educação bem dirigida em infundir em a nossa mocidade o amor do trabalho, se boas leis policiais espancarem o vadiismo, então, e só então, poderá o nosso Brasil contar-se por bem morigerado e próspero. (*O Carapuceiro*, nº 18, 17 jun. 1837).

Desse modo, o trabalho, estava dado enquanto veículo de transformações sociais e morais como uma questão da época. O progresso da sociedade e do espírito humano passou pelas esferas do labor e pela negação do trabalho cativo. Entretanto, é preciso deixar claro que as proposições divulgadas no jornal quanto à retirada do escravo do sistema de produtivo não estavam vinculadas ao amor e piedade ao próximo, tomando-os como igual. Ao contrário, a busca pela libertação e supressão dos escravos da sociedade brasileira, n*'O Carapuceiro*, partiu do entendimento de que deturpava a da educação dos jovens e dos futuros dirigente da nação. Com isso, Lopes Gama previa a destituição de toda influência e responsabilidade dos homens de elite sobre o comportamento imoral e corrompido dos cativos.

Conclusão

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

Com o objetivo declarado de contribuir para o desenvolvimento material e moral da nação brasileira, o pensamento de Lopes Gama ganha relevância, também, por seu projeto educativo e reformador da moral. Seu jornal divulgou ideias que ecoavam como condizentes e necessárias ao novo estágio da sociedade brasileira. A transição da monarquia absoluta para a monarquia constitucional soava-lhe como um novo tempo, que clamava por novos comportamentos e pela recuperação de princípios norteadores de uma sociedade cristã.

Uma das medidas necessárias à condução do Brasil ao caminho trilhado pelas nações europeias era a eliminação gradual da mão-de-obra escrava. Uma nação desenvolvida não poderia, em sua opinião, estar assentada na expropriação do trabalhado alheio, pois os homens, independente da classe social, precisavam seguir os desígnios instituídos pelo criador, tanto na purificação e lapidação de suas almas, como também na contribuição no progresso de sua nação. Ser cristão, liberal e patriota compunha o quadro formativo construído no modelo de educação proposto pelo padre Lopes Gama e divulgado em seu jornal.

Esses três atributos negavam a existência do cativeiro, pois ser cristão era partilhar e obedecer às imposições de Deus e aceitar que o trabalho consistia no eterno castigo pela desobediência no início da criação humana. Ser liberal significava predicar por uma sociedade justa, igualitária e industriosa, onde o trabalho mediaria tanto o controle dos indivíduos quanto a promoção das condições objetivas de sobrevivência. Por último, Lopes Gama prezava pela consolidação de uma nação em que, cada um com seu grau de merecimento partilhasse dos ganhos materiais e morais promovidos pelo trabalho do indivíduo, pois somado ao de todos, promoveria o desenvolvimento da pátria.

Para deslegitimar a presença do negro nas atividades produtivas e no cotidiano da população, o padre jornalista atacou diretamente os comportamentos dos negros e divulgou os prejuízos que o escravo acarretava à educação do homem, sobretudo da mocidade. Do mesmo modo, para combater a entrada dos africanos em terras brasileiras, criticou abertamente o tráfico negreiro, expondo as ações realizadas pelos traficantes na tentativa de burlar as fiscalizações.

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

O negro escravizado expressava, a seu ver, a somatória de imoralidades com os comportamentos inadequados, prejudiciais aos futuros dirigentes, além de contribuírem para a perpetuação do vadiismo e, consequentemente, da desordem social. Era preciso combater os problemas brasileiros pela raiz e, para Lopes Gama, nada mais prejudicial ao amor pelo trabalho do que a mão-de-obra escrava.

Assim, observa-se que o discurso propagado pelo jornal *O Carapuceiro* buscou inserir o Brasil na rota do pensamento burguês já desenvolvido na Europa. Ao Brasil, era imprescindível a criação de uma cultura que valorizasse o trabalho e desmoralizasse o vadiismo e a escravidão. Para isso, Lopes Gama utilizou a imprensa como um veículo educativo e de difusão de ideias e valores vigentes na época, atribuindo aos homens a responsabilidade pela educação da mocidade e consequentemente, pelo desenvolvimento da nação.

[1] O presente estudo trabalha com os números publicados entre os anos de 1832-1842, uma vez que as publicações entre 1843 e 1845 ocorreram como partes de outros jornais. Devido a esse fato, a edição fac-similar organizada por Leonardo Dantas Silva e publicada no ano de 1983, permitiu que entre os 10 primeiros anos de edição do periódico pudesse estar disponível para além das bibliotecas públicas e particulares.

[2] A extensa carreira jornalística pode ser constatada no grande número de jornais escritos pelo padre, dentre eles *O Constitucional, O Sete de Setembro, O Harmonizador, A Ratoeira*, *O Popular, Os Federalistas, O Pernambucano*. Além disso, publicou no *O Diário de Pernambuco* com alguns escritos, dirigiu o jornal *O Conciliador Nacional e O Diário do Governo de Pernambuco,* órgãos oficiosos que publicavam e defendiam as ações do governo monárquico (VALENTE, 1969).

Referências bibliográficas

AZZI, R. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976.

COSTA, E. V. **A abolição**. São Paulo: Global, 1982.

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.628

FELDMAN, A. **O império das carapuças:** Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842), 2008, 166f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.,

FREYRE, G. Um ortodoxo brasileiro do século XIX **Jornal do Commercio.** Recife, 17 set. 1942. Coluna: Pessoas, Coisas e Animais. Disponível em: http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/um_ortodoxo.htm. Acesso em: 14 ago. 2011

GAMA, M. S. L. **O Carapuceiro (1832-1842).** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, 3v.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem:** A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

VALENTE, W. **O Padre Carapuceiro**: crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Departamento de Cultura da SEEC: Recife, 1969.

SILVA FILHO, P. A. **A desvalorização do trabalho e consumo honorífico em Recife** (1837-1844), 2007, p. 142. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.